



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional  
VI Colóquio Internacional  
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18  
outubro  
2019**

## **ANÁLISE DISCURSIVA E PEDAGÓGICA DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: DESCONFIGURAÇÃO DO PAPEL DOCENTE E APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS?**

Isabela Maria Oliveira Catrinck  
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Brasil  
Endereço eletrônico: isabela.portugues@gmail.com

A educação, no Brasil, nos últimos anos, tornou-se o centro de diversos debates político-ideológicos. Em grande parte, não com foco nas melhorias e avanços, mas com atenção crítica e “opressora” ao processo ensino-aprendizado, sobretudo, no que tange ao papel do professor e suas práticas educativas.

Discursos travados por forças conservadoras e radicais, através de uma ideologia ultraliberal, fortaleceram e deram visibilidade a um movimento autodenominado Escola sem Partido – que acusa as escolas de praticarem uma educação doutrinária-ideológica, além de propor que os professores não expressem opiniões próprias. Ou seja, segundo o movimento, não abusem da liberdade de ensinar.

O movimento Escola sem Partido foi criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib e, no início de 2010, teve maior destaque nos debates sobre educação no Brasil. O *website* [www.programaescolasempartido.org.br](http://www.programaescolasempartido.org.br), página oficial da organização, aponta duas vertentes bem definidas: uma que trabalha com foco no Projeto Escola sem Partido (PESP), ou seja, trata, em específico, dos projetos de lei apresentados em âmbito municipal, estadual ou federal que objetivam traçar as condutas a serem seguidas pelos professores em sala de aula; e outra sendo uma associação informal composta por pais, alunos e conselheiros “preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (NAGIB, s.d.).

O presente trabalho está em desenvolvimento no Programa de Mestrado em Educação, da Universidade Estadual de Montes Claros, e tem por intuito, então, dar maior atenção à vertente *Projeto Escola sem Partido*, que trata dos anteprojetos e projetos de lei escritos pela organização. Vale ressaltar, contudo, que os projetos e o que eles intitulam de *Movimento Escola sem Partido* são dependentes, exercem influência mútua um sobre o outro.

No texto de apresentação sobre o movimento, assinado pelo coordenador Miguel Nagib, os professores como são classificados exército de militantes que se valem da



liberdade de cátedra e da “cortina de segredo das salas de aula” (NAGIB, s.d.) para impor algo indesejado aos alunos, constrangê-los com uma visão de mundo própria dos professores.

Diante de tais posicionamentos, faz-se necessário um estudo discursivo e pedagógico dos documentos propostos pelo Projeto Escola sem Partido (PESP), pois interferem diretamente nas práticas educacionais a serem desenvolvidas pelos docentes. Ademais, é relevante ser considerado que caso o projeto seja implantado, escolas particulares poderão incluir cláusulas contratuais a fim de que assuntos críticos, políticos, questões extremamente atuais e globais sejam tratadas em sala de aula, em contrapartida, nas escolas públicas, isso não será possível. Limitando, então, o acesso a temas de repercussão mundial e essenciais para a ampliação do repertório sociocultural dos alunos da rede pública, podendo, assim, aprofundar as desigualdades sociais que, a cada dia se multiplicam e naturalizam, apesar dos movimentos que atuam de encontro a esse processo. Sabe-se ainda, que, muitas vezes, a população menos favorecida encontra, na escola, o único ambiente de acesso ao conhecimento.

O discurso utilizado no Projeto Escola sem Partido tende a uma manipulação e descontextualização que contribuem para a desconfiguração do papel docente e também para a profunda alteração das práticas educacionais. Como afirma Salles (2017):

Ao naturalizar a redação do anteprojeto como algo já dado e estabelecido, que estaria somente reforçando disposições já em funcionamento, a argumentação de Nagib e do MESP [**Movimento Escola sem Partido**] ignora o fato de que a própria seleção e destaque desses mecanismos jurídicos de outros documentos e a **contextualização** deles em uma nova composição e organização **modifica o sentido original** desses extratos, em uma apropriação deles em prol de outras intenções e interesses (SALLES, 2017, p. 67, grifo nosso).

A escola, sobretudo como instituição do contexto contemporâneo, busca proporcionar a formação crítica do indivíduo; o que contribui para a redução das desigualdades sociais e pode, também, proporcionar maiores oportunidades de ascensão aos alunos. Sabendo que o Projeto Escola sem Partido aponta para uma criminalização da docência, o presente trabalho norteia-se pela problemática que surge da seguinte indagação: os ideais do Projeto podem almejar projeção a partir da desconfiguração docente e da busca por uma neutralidade que culmina no silenciamento, neutralização e/ou reprodução das desigualdades sociais?



Tais questionamentos conduzem à especulação de questões analíticas sobre o real desprovimento de um viés ideológico-doutrinário por parte do PESP e ao fato de que a manipulação do discurso em um documento formal, nos termos de Leis federais, estaduais ou municipais, como se é proposto, interfere em uma esfera social, pois vão reger a conduta em sala de aula e, conseqüentemente, a formação educacional do discente no que tange à apropriação dos saberes. Desse modo, leva-se a crer que existe a possibilidade de tal projeto tolher ou reduzir a criticidade do aluno, diminuindo o seu potencial reflexivo e, por conseqüência, sua capacidade de emancipação social; tendo em vista que a leitura de mundo do discente tenderá a ser, sob esse modelo educacional, pouco sóbria e alienada. Como a pesquisa ainda está em andamento, ainda não dispomos de conclusões sobre nossas problematizações acerca do objeto de pesquisa.

O Projeto Escola sem Partido traz à baila outros pontos além da doutrinação praticada por professores. Ao tratar de assuntos como ideologia de gênero e orientação sexual, ele amplia os territórios de discussão e valida a sua narrativa ganhando maior projeção não apenas no campo político, mas em toda a sociedade. Vale salientar que o Projeto de Lei proposto pelo Escola sem Partido está em andamento em 4 das cinco regiões do país; estando em 10 câmaras de vereadores, 8 assembleias legislativas e na câmara de deputados federais, em Brasília<sup>1</sup>. Faz-se necessária, então, uma discussão científica na academia para que o assunto seja amplamente debatido em todas as esferas e para que haja subsídios cientificamente comprovados pautando a argumentação acerca do tema. Outrossim, o PESP impacta diretamente nas práticas educacionais em vigor no Brasil e busca legislar sobre a docência. Desse modo, a presente pesquisa é de grande contribuição para a área da educação, pois, ao se deixar à margem dos estudos e debates científicos tais assuntos, valida-se o senso comum de neutralidade e, talvez, negue-se aos alunos um futuro que lhes garanta condições de analisar histórica e criticamente os seus próprios interesses.

Objetiva-se analisar discursiva e pedagogicamente os documentos propostos pelo movimento Projeto Escola sem Partido de acordo com a teoria de linha francesa da Análise do Discurso e os pressupostos pedagógicos de autonomia e criticidade, propostos por autores como Paulo Freire e Dermeval Saviani, que visam à redução da desigualdade social.

<sup>1</sup> Dados informados pelo próprio *site* <https://www.programaescolasempartido.org/pls-em-andamento>. Acessado em 28 de Janeiro de 2019. Também disponível nos *sites* das câmaras e assembleias legislativas.



Para um estudo da linguagem no projeto proposto, partiremos da teoria da Análise do Discurso de linha francesa, valendo-nos de autores como Michel Pêcheaux (1983), Orlandi (1995). Utilizaremos, também, os pressupostos teóricos de Paulo Freire (1997) e Saviani (2018) a fim de subsidiar o ponto de vista pedagógico-social.

É importante destacar, ainda, que conforme aponta Orlandi (1995):

A AD está assim interessada no texto não como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso. O trabalho do analista é percorrer a via pela qual a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto (ORLANDI, 1995, p. 116-117).

Desse modo, os nossos estudos devem ser pautados por essa teoria, a qual não vê a língua ou o texto em si como objeto de estudo, mas sim o discurso para o qual o texto se remete. Não há uma interpretação fechada das palavras, das frases, mas, sim, do discurso. Neste viés, temos suporte na teoria de linha francesa para uma interpretação e uma análise eficiente dos documentos apresentados pelo Projeto Escola sem Partido para que possamos compreender os efeitos desses projetos na educação brasileira e em toda a sociedade.

É de suma importância o contínuo estudo acerca das práticas educacionais e dos discursos que a perpassam; pois, além do conhecimento científico, a educação é responsável pela formação humana, social e crítica do indivíduo. Nesse âmbito é que a pedagogia proposta por Paulo Freire (1997) como uma pedagogia da autonomia, que incentiva a formação crítica do aluno e na qual o professor terá a paz de não ter apenas ensinado conteúdo, mas ter ensinado a pensar certo é tão importante. Vale ressaltar que, no presente momento, ainda não dispomos de conclusões devido ao fato da pesquisa estar em andamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento Escola sem Partido; Análise do Discurso; Democracia; Papel Docente; Desigualdade Social.



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional  
VI Colóquio Internacional  
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18  
outubro  
2019**

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ed. 43ª, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e Discurso. *Organon Revista do Instituto de Letras da UFRGS*. v.9, n.23, p. 111-117, 1995. DOI: 10.22456/2238-8915.29365.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas*. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1993. p.163- 252. Tradução de: Misesau point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours, 1975.

SALLES, Diogo. A concepção pedagógica e o projeto educacional conservador e reacionário do Movimento Escola sem Partido: uma crítica a partir da função de subjetivação do processo ensino-aprendizado. *RevistAleph*. ISSN 1807-6211, ano XIV, n.28, p. 64-87, julho, 2017.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia*. Coleção Educação Contemporânea. Campinas, SP: Autores Associados, 2018